

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2021
RELGES 2021**

Castelo, ES, março de 2022

Unidade Administrativa: Câmara Municipal de Castelo/ES.

Documento: Relatório de Gestão.

Abreviatura: RELGES.

Natureza: Relatório.

Matéria(s): orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

Exercício: 2021.

Data de Elaboração: 14/03/2022.

Responsáveis: Tiago de Souza (Presidente de 01/01/2021 a 31/12/2021) e Felipe Scabello Silva (Secretário de Administração).

Base normativa: artigo 137, II, do RITCEES - Resolução TC nº 261/2013.

1 – INTRODUÇÃO:

Este documento, denominado Relatório de Gestão ou RELGES, relata e analisa os principais atos e fatos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial da Câmara Municipal de Castelo, Espírito Santo, no exercício de 2021, com o objetivo de integrar as contas anuais do Poder Legislativo.

2 – FUNDAMENTO NORMATIVO:

O fundamento normativo deste relatório é o artigo 137, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado - Resolução TCE/ES nº 261/2013, e suas modificações posteriores, determinando que a partir do exercício de 2013, inclusive, as contas do Legislativo fossem acompanhadas do RELGES.

3 – FINALIDADES:

Em linhas gerais o artigo 3º, inciso VIII, da Instrução Normativa TCE/ES nº 43/2017 conceitua o RELGES como sendo

“(...) relatório contendo informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis por uma ou mais unidades jurisdicionadas”

A segunda parte do dispositivo esclarece a sua principal finalidade: *“permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da*

conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.”

Mais do que isso o RELGES, além de relatar e expor os fatos do passado, dando uma visão sistêmica da administração num determinado período, pode servir de base para orientar e auxiliar a tomada de decisões futuras, objetivando o aperfeiçoamento da gestão pública e o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração, notadamente o da eficiência, sendo estas as diretrizes que orientaram este trabalho.

4 – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS:

A elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2021 iniciou-se com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Municipal nº 4.001, de 28/08/2020, onde foram traçadas as diretrizes gerais para o orçamento municipal, incluindo o da Câmara.

Tais aspirações consubstanciaram-se na Lei Orçamentária Anual, Lei nº 4.022, de 01/12/2020, destinando à Câmara R\$ 4.847.178,24 para o exercício de 2021, equivalentes a 4,68% do orçamento geral do Município de Castelo, que naquele exercício foi estimado em R\$ 103.473.000,00.

Isso representou, em relação ao exercício de 2020, um aumento de R\$ 569.463,54, ou 13,31%, considerando que a previsão orçamentária da Câmara para 2020 foi de R\$ 4.277.714,70, ou 4,05% do total do orçamento geral do Município, naquele exercício estimado em R\$ 105.520.000,00.

Ressalta-se que o Poder Legislativo, com o aumento de sua receita para o exercício de 2021, conseguiu cumprir adequadamente suas metas e promover a execução de seus projetos, mesmo que, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a perspectiva de uma queda de receita fosse uma constante em todo o exercício, o que poderia, em última análise, até redundar na redução do orçamento da Câmara, o que, entretanto, não se concretizou, ao reverso, em 29/06/2021 foi devolvido à Prefeitura R\$ 500.000,00 em recursos orçamentários, o que não comprometeu os resultados do Legislativo.

Para o exercício de 2022 o orçamento da Câmara foi fixado em R\$ 5.034.469,14, equivalente a 4,39% do orçamento geral do Município - Lei nº 4.115, de 14/12/2021, estimado no total de R\$ 114.628.624,00, representando um acréscimo de R\$ 187.290,90 em relação ao exercício de 2021, equivalentes a 3,86%, percentual que parece atender as despesas da Câmara pois, mesmo com a inflação atingindo índices elevados nos últimos dois anos, a perspectiva de aumento das despesas pelo Legislativo em 2022 não é tão alta, embora tal quadro inspire prudência nos investimentos de maior monta.

A tabela abaixo demonstra as evoluções orçamentárias nos exercícios de 2013 a 2022:

Exercício	Orçamento Municipal (R\$)	Orçamento da Câmara (R\$)	Percentual Orçamento Municipal	Diferença Exercício Anterior (R\$)	Diferença Exercício Anterior
2013	75.997.000,00	2.942.905,97	3,87%	-	-
2014	91.496.800,00	2.948.127,00	3,23%	+ 5.221,03	+ 0,17%

2015	91.120.000,00	3.103.127,00	3,41%	+ 155.000,00	+ 5,25%
2016	88.432.971,79	3.496.000,00	3,95%	+ 392.873,00	+ 12,66%
2017	79.692.100,00	3.710.000,00	4,66%	+ 214.000,00	+ 6,12%
2018	84.700.000,00	3.847.000,00	4,54%	+ 137.000,00	+ 3,69%
2019	97.569.085,00	3.974.573,56	4,07%	+ 127.573,56	+ 3,31%
2020	105.520.000,00	4.277.714,70	4,05%	+ 303.141,14	+ 7,62%
2021	103.473.000,00	4.847.178,24	4,68%	+ 569.463,54	+ 13,31%
2022	114.628.624,00	5.034.469,14	4,39%	+ 187.290,90	+ 3,86%

5 – ASPECTOS FINANCEIROS:

No aspecto financeiro não houve grandes inovações no exercício de 2021.

Em 2013, com o aumento do número de vereadores e do valor dos subsídios, as despesas com os edis aumentaram em 91,29% em relação à legislatura anterior (2009-2012), nada que, no entanto, tenha comprometido as finanças da Câmara nos exercícios de 2013 a 2016, o mesmo observado na legislatura de 2017 a 2020, em que o subsídio dos vereadores, fixado em R\$ 4.900,00 pela Lei Municipal nº 3.272/2012, foi o mesmo da legislatura anterior, considerando ainda que em ambas legislaturas, que abrangeram os anos de 2013 a 2020, não foi concedida à edilidade a revisão geral anual prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, nem mesmo direitos indenizatórios como 13º subsídios e outros de mesma natureza, o que permitiu que as despesas a esse título ficassem estagnadas.

Já no exercício de 2021, primeiro ano da legislatura vigente, o investimento com subsídio aumentou, tendo em vista a fixação de novo valor a partir de 1º de janeiro de 2021, passando a ser de R\$ 6.900,00 mensais, conforme disposto na Lei Municipal nº 3.884, de 25 de abril de 2019, norma que assegurou aos edis, igualmente, o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias.

O impacto de tal medida, anualmente, é de R\$ 372.320,00, já incluído o 13º e as contribuições sociais, o que entretanto foi absorvido com suficiência pelo aumento da arrecadação e pelo equilíbrio nos gastos do Legislativo já que as despesas com pessoal totalizaram 2,54% no exercício de 2021, contra 2,41% em 2020, aumento sensível e ainda abaixo dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De resto, em 2021 não houve relevantes alterações nos investimentos em matéria de pessoal, até porque vigente a Lei Complementar Federal nº 173/2020, constituindo exceção à regra o provimento de 06 (seis) cargos efetivos decorrentes da aprovação em concurso público realizado em 2018 e homologado em 01 de abril de 2019, de modo que tal provimento se deu em cumprimento a Termo de Ajuste de Conduta celebrado com o Ministério Público Estadual e ao item 1.2. do acórdão TCE/ES nº 01355/2021-5 - 1ª Câmara, o que também não impactou consideravelmente as finanças do Legislativo, já que as despesas com pessoal permaneceram em patamar razoável, tal como demonstrado no parágrafo anterior.

Talvez por isso o total da despesa com pessoal do Poder Legislativo em 2021 tenha ficado em R\$ 3.228.310,90 – 2,54% da receita corrente líquida do Município, contra 2,41% em 2020, 2,61% em 2019,

2,87% em 2018 e 2,97% em 2017, demonstrando que, embora tenha subido em relação ao exercício de 2020, tal despesa ficou em patamar inferior aos exercícios de 2017 a 2019, sendo que no presente exercício, quando já não vigora mais a Lei Complementar Federal nº 173/2020, surge a possibilidade de se conceder benefícios remuneratórios como a revisão geral anual, acreditando que tais concessões, num primeiro momento, parecem não afetar a tendência ao cumprimento dos limites legais e constitucionais pelo Legislativo, tal como observado nos exercícios anteriores, o que é reforçado pela constatação de que no exercício de 2021, antes mesmo do seu encerramento, a Câmara restituiu aos cofres do Executivo em torno de R\$ 1.500.000,00 em recursos financeiros, demonstrando controle e equilíbrio nos gastos pois conseguiu cumprir todas as suas obrigações financeiras com servidores, vereadores e fornecedores e ainda economizou e devolveu recursos.

6 – ASPECTOS OPERACIONAIS:

Ao longo de 2021 a Câmara procurou munir-se dos instrumentos necessários para atender suas demandas e cumprir suas finalidades.

Nenhuma inovação substancial ocorreu em relação a 2020, sendo celebrados apenas os contratos ordinariamente feitos, que envolvem os setores de publicidade e comunicação (precipuamente rádio) e administrativos, que incluem contratos para fornecimento de cópias reprográficas, materiais de consumo como papéis, envelopes e capas de processos e combustível, despesas que foram suficientemente comportadas pelo orçamento.

De resto é imperioso ao Poder Legislativo buscar o equilíbrio nas suas ações, com planejamento e cautela na assunção de grandes obrigações financeiras, especialmente as de caráter continuado com pessoal, que consome boa parte de seu orçamento, notadamente no contexto da atual pandemia, cujos reflexos poderão ser sentidos ainda em 2022.

7 – ASPECTOS PATRIMONIAIS:

O ano de 2021 não registrou nenhuma mudança substancial no acervo patrimonial da Câmara.

Ela é detentora de apenas um imóvel, qual seja, o de nº 118 da Av. Getúlio Vargas, Bairro Baixa Itália, Município de Castelo, ES, o qual lhe serve de sede.

Quanto aos móveis, os existentes sofreram as depreciações ordinárias, sem haver, no entanto, nenhum tipo de bem cujo desgaste, pelo seu uso ou outro fator determinante, tenha sido extraordinariamente alto.

No mais, as aquisições mais relevantes de bens permanentes cingiram-se a uma geladeira, um fogão e um forno de microondas, no valor global de R\$ 3.099,00, com objetivo de equipar a cozinha.

8 – ASPECTOS FISCAIS:

Este relatório abordou os aspectos orçamentário e financeiro da Câmara, apontando receitas e despesas e a evolução desses elementos ao longo do exercício passado.

Considerando que o Poder Legislativo tem como fonte exclusiva de receita os repasses dos duodécimos pela Prefeitura e que por tal motivo nenhuma medida administrativa resultará no aumento da sua receita, as únicas ações adotadas foram e serão aquelas que objetivam a austeridade nas contas públicas, aplicando a economicidade na execução dos recursos como meio de obter equilíbrio entre receitas e despesas, o que, até o momento, vem surtindo o efeito desejado.

Neste aspecto o desempenho da Câmara pode ser considerado bom, pois, além de cumprir todos os seus encargos com pessoal e fornecedores, ainda conseguiu devolver recursos financeiros e orçamentários à Prefeitura em 2021, considerando que em 2022, dependendo das ações administrativas a serem implementadas, o panorama de economia deve continuar, ainda mais porque o orçamento do Legislativo foi reajustado em 3,86%, inferior à média inflacionária mas adequado ao volume das despesas.

9 – CONCLUSÃO:

Após a breve explanação concluímos que o ano de 2021 foi marcado pela constante atuação legislativa e administrativa da Câmara Municipal de Castelo, que buscou a realização de suas atividades e projetos como meio de cumprir suas finalidades institucionais, sem colocar em risco, por outro lado, a sua capacidade financeira, orçamentária e fiscal.

Mais que analisar os atos e fatos do passado, noutros momentos foram apresentadas sugestões, eis que o planejamento das ações

conduzirá, certamente, a uma melhor aplicação dos recursos, permitindo alcançar economia e eficiência no serviço público em favor da austeridade e do equilíbrio fiscal.

Este relatório não tem pretensão de ser exauriente, já que a matéria é ampla, variável e comporta inúmeras interpretações, devendo registrar que seu principal objetivo é demonstrar, de maneira clara e sucinta, os principais aspectos do Poder Legislativo, não só para permitir uma análise sistêmica desses atos, e a possibilidade de cotejá-los com outros, mas para ajudar no crescimento da Câmara e do Município de Castelo, apontando as possíveis imperfeições e acertos daquilo que foi analisado, sempre em prol do direito, do interesse público e do bem comum, esperando que todos os gestores e responsáveis continuem a refletir este importante pensamento.

Castelo, ES, 14 de março de 2022.

FELIPE SCABELLO SILVA

Secretário de Administração

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO PELA PRESIDÊNCIA

Após a análise do relatório em epígrafe (RELGES exercício 2021), aprovo o documento supra, razão pelo qual, em sinal de minha ciência e concordância, assino-o juntamente com o(s) responsável(is). Em 14/03/2022.

TIAGO DE SOUZA

Presidente

